

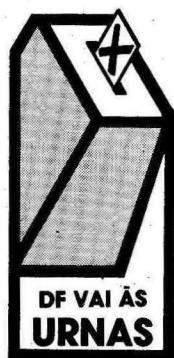


Na tentativa de conquistar na última hora, o voto dos indecisos, a boca de urna foi praticada livremente durante todo o dia no Distrito Federal

Taguatinga faz até minicarreatas

Geralda Fernandes

A militância não respeitou a proibição da prática de boca-de-urna e saiu às ruas de Taguatinga em busca de votos dos indecisos e na tentativa de modificar os índices de preferência divulgados pelos órgãos de pesquisa. A



Justiça Eleitoral da satélite fez vista grossa e a panfletagem, o corpo-a-corpo e até mesmo minicarreatas foram realizados durante todo o dia. Os policiais militares a serviço nos postos de votação se preocuparam apenas em manter a ordem, obedecendo o limite de 100 metros, e orientar os eleitores. A atitude mais rígida no aspecto de segurança foi o recolhimento de vários ônibus, a serviço de candidatos, e prisão de seus motoristas, que atuavam no transporte gratuito de eleitores, proibido pelo TSE.

Para o juiz assistente do terceiro maior colégio eleitoral do DF, com 154 mil 090 votantes, Mário Gurtiev, "a proibição de boca-de-urna existe, mas é impossível aplicá-la, uma vez que o ato já se tornou uma tradição em todo o País. O que precisa mudar é a Lei", disse ele, acrescentando que se fosse mandar prender todos que estavam panfletando, teria que alugar todos os estádios de Brasília. Gurtiev disse que a Justiça optou "por usar de bom senso, ainda mais que o número de menores que estão participando da boca-de-urna é muito grande".

No cartório eleitoral de Taguatinga foi grande o movimento de eleitores que deixaram para buscar o Título Eleitoral na última hora. A procura por informações quanto à localização das Seções de votação e quanto aos postos para justificativa, para quem não tem domicílio eleitoral em Brasília, foram constantes.

Ausência

O maior problema enfrentado pela Justiça de Taguatinga esteve relacionado com a ausência dos eleitores convocados para atuarem como mesários das 462 Seções es-

palhadas nas áreas central, norte e sul. Aproximadamente 20% dos cerca de 2 mil 300 mesários convocados não compareceram e os presidentes das mesas receptoras incompletas tiveram que convocar eleitores nas filas de votação para que o trabalho fosse iniciado.

Na sétima seção, instalada no Centro Educacional Ave Branca, maior concentração de seções (23), com uma média de 380 eleitores cada, faltaram o presidente e dois secretários. Aurenil Ferreira Vitorino teve de assumir o lugar de presidente da mesa e convocar dois voluntários para completar o número mínimo exigido de cinco mesários em cada Seção.

Segundo a coordenadora do grupo de apoio do Centro Educacional nº 2, Taguatinga Norte, "quatro presidentes de mesas, das 12 seções existentes, nem ao menos vieram buscar as urnas". O Código Eleitoral estabelece uma punição de multa, estipulada pelo Juiz Eleitoral para as ausências injustificadas, e suspensão de 15 dias de trabalho, com perda dos vencimentos, se servidor público ou autárquico.